

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: RIBEIRO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 042/2023

REGISTRO DE PREÇO N.º 103/2023

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de segurança, equipe de apoio e brigadistas para atender às demandas da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Cataguases.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de agosto de 2023, às 14h36 foi enviado via e-mail peça impugnatória do processo em epígrafe, sob a qual passo a me posicionar nos posicionamentos seguintes termos:

DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme estipulada na **CLÁUSULA 04, subitem 4.5** – “4.5 – Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por **CIDADÃO, até o 5º dia útil, e por LICITANTE, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura situado na Rua Gama Cerqueira, 70, Vila Domingos Lopes, Cataguases (MG), e para o endereço eletrônico pregaocataguases@gmail.com**, dirigidas o Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pela Procuradoria Jurídica Municipal.” **(GRIFO NOSSO)**

Cabe portanto, analisar, preliminarmente, se foram cumpridos os requisitos de admissibilidade exigidos para tanto, de acordo com o que preceitua o ato convocatório.

O prazo para a impugnação é de até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

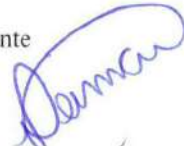
“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do ar. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”²

E exemplifica:

“O dia 01 foi fixado para a realização da sessão e na forma da contagem geral dos prazos, não se computa o dia do início, O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 26 do

¹ In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 2ª edição, 2007, págs. 609/611

² Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.



mês anterior; o segundo, o dia 25. Portanto, até o dia 24, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos."

No caso em destaque, a realização da sessão está marcada para o dia 25/08/2023 (sexta-feira) às 13 horas. Os dois dias úteis antecedentes à abertura das propostas são 24/08/2023 e 23/08/2023. Portanto, o prazo para os interessados impugnarem o respectivo edital ainda não expirou.

Assim, conheço a tempestividade do Recurso passando a análise de seu mérito.

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O Impugnante como escopo fundamental de suas alegações requer que o edital seja reformado nos seguintes pontos, alegando restrição de competitividade, sendo:

- ✓ A forma de julgamento ser menor preço por item;
- ✓ Alega que a empresa que presta serviço de brigada necessita apenas do credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, não havendo relação com a Polícia Federal para a exigência de alvará e/ou licença.
- ✓ A retirada da exigência de registro e licença junto à Polícia Federal para o serviço de segurança do evento.

Passo a analisar os requerimentos:

1. Em relação a forma de julgamento do edital estar por lote, o pregoeiro enviou a impugnação à Secretaria de Cultura, o qual foi realizado uma justificativa.

Em conformidade com a Lei 8.666/93, art.3º, a saber:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

§ 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;



Diante de tal disposição legal e das qualificações técnicas pertinentes de cada item específico, com o intuito de ampliar a competitividade do certamente, bem como priorizar a qualidade do mesmo, **fica retificado o edital em forma de julgamento para menor preço POR ITEM.**

2. Em relação ao item "Brigadista", fica retificado o edital para a exigência do vencedor do item no prazo de 10 (dez) dias, a apresentação do credenciamento da empresa que presta serviços de brigada profissional no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
3. Em relação a exigência do registro e licença junto à Polícia Federal para o serviço de segurança, **fica indeferido o pedido, mantendo a exigência para o item específico.**

Em conformidade com a legislação, Decreto 1.592/1995

"Art. 32. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança.

§ 1º O pedido de autorização para o funcionamento das empresas especializadas será dirigido ao Departamento de Polícia Federal e será instruído com:

(...rol dos documentos exigidos)

§ 7º A revisão da autorização de funcionamento das empresas de segurança privada e das empresas **que executam serviços orgânicos de segurança** deverá ser requerida, anualmente, a contar da publicação da autorização no Diário Oficial da União, mediante apresentação de:

(...rol dos documentos exigidos)

Além disso a matéria é regulamentada pela Portaria 3.233/2012 da Polícia Federal.

Art. 1º A presente Portaria **disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada,** desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

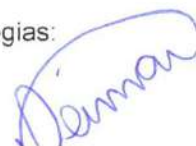
(...)

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais e **dentro de estabelecimentos,** urbanos ou rurais, **públicos ou privados,** com a finalidade **de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;**

(...)

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são utilizadas as seguintes terminologias:



I - **empresa especializada:** pessoa jurídica de direito privado **autorizada a exercer as atividades de vigilância patrimonial**, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e cursos de formação;

(...)

Art. 4º **O exercício da atividade de vigilância patrimonial**, cuja propriedade e administração são vedadas a estrangeiros, **dependerá de autorização prévia do DPF**, por meio de ato do Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, publicado no Diário Oficial da União - DOU, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos: (...).

Conforme se vê, os dispositivos deixam claro que o exercício da atividade em questão depende de autorização prévia do Ministério da Justiça, por meio da Polícia federal e que tal autorização deverá ser revista anualmente.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, julgo procedente parcialmente a impugnação sendo retificado o edital nos seguintes pontos:

- Forma de julgamento para menor preço por item;
- Exigência do vencedor no item BRIGADISTA, no prazo de 10 (dez) dias, a apresentação do credenciamento da empresa que presta serviços de brigada profissional no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

O item SEGURANÇA mantém-se inalterado permanecendo a exigência do alvará/autorização de funcionamento emitido pela Polícia Federal.

Prorroga-se a abertura para dia 06/09/2023 às 09h.

O edital retificado estará disponível no site www.cataguases.mg.gov.br a partir de 25/08/2023, podendo também ser solicitado por email pregaocataguases@gmail.com.

A presente decisão será comunicada ao impugnante e disponibilizada no site www.cataguases.mg.gov.br.

Cataguases, 22 de agosto de 2023



Neimar Garcia

Pregoeiro do Município de Cataguases